

---

---

# Preservação e Conservação A Situação nas Bibliotecas e Arquivos em Portugal

ALMIRA NEVES  
SUSANA MÁXIMO

Colaboradoras do *Público*

**F**ALAR sobre o estado actual dos documentos existentes nos arquivos e bibliotecas portuguesas torna-se bastante difícil, havendo mesmo o risco de se ser um pouco especulativo. Não há de momento nenhum relatório que tenha sido elaborado recentemente que trace um retrato realista do actual panorama nas bibliotecas e arquivos. O único elemento a que se poderá eventualmente recorrer a fim de nos inteirmos da situação referente a esta matéria, consiste num inquérito realizado durante o ano de 1978. Treze anos após esse estudo, o mesmo, por um raciocínio lógico, deveria ter-se tornado obsoleto na sua essência. Infelizmente, tal não é o caso. O referido inquérito continua a ser uma amostra realista do estado dos vários documentos gráficos nas instituições

e bibliotecas onde se encontram arquivados.

Na elaboração deste trabalho, decidimos optar por uma relativa «despersonalização» dos casos apresentados. Tornar-se-ia demasiado exaustiva a enumeração individual de cada organismo e das condições do mesmo. Assim sendo, apresentaremos essencialmente dados estatísticos num aspecto global, a fim de mostrar a situação de forma concreta.

O estado geral da documentação gráfica existente oscila entre o razoável e o mau. Não há nenhuma política oficial digna desse nome, aplicada a esta área. O que existe são apenas decisões e acções pontuais, sem se pensar no problema como um todo. Numa altura em que a descentralização se torna urgente em muitas áreas, não se pretende aqui a

defesa de uma centralização rígida aplicada a esta matéria. Defende-se sim, a necessidade de um «pensar» a longo prazo aparentemente ausente nas atitudes das entidades competentes.

**Não há de momento nenhum relatório que tenha sido elaborado recentemente que trace um retrato realista do actual panorama nas bibliotecas e arquivos.**

É irrealista pensar que a solução é fácil. Não o é. A questão é demasiado complexa para poder ser resolvida com um decreto-lei, ou com um, ainda que substancial, apoio financeiro. Faz falta uma ideia-base, a partir da qual fossem dados vários passos, até à sua concretização final. Não se pode encarar uma acção isolada como um fim em si mesmo. E é aqui que se encontra, se nos é permitida a expressão, a célula doente que contamina todo o sistema. É essencial o agir, mas com um pensar concreto que o sustente.

Após estas considerações, passamos à exposição dos dados existentes no inquérito atrás referido, que se debruçou sobre as condições gerais de conservação dos documentos gráficos do nosso património bibliográfico e documental. Este levantamento foi feito com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e do Centro de

Formação de Técnicos e Artífices de Conservação e Restauro do Património Cultural (CFTACRPC).

Realizado durante o ano de 1978, este trabalho surgiu após a conclusão da «Semana de Trabalho sobre Conservação de Documentos Gráficos para Bibliotecários e Arquivistas», que teve lugar em Lisboa, de 10 a 15 de Outubro de 1977.

Equacionar e dar a conhecer os problemas de conservação de documentos em pergaminho e papel, com vista a estabelecer uma política em matéria de prevenção e restauro, foi o objectivo que norteou esta iniciativa da Direcção Geral do Património Cultural, apontado igualmente nas conclusões da referida semana. Para tal, foi elaborada uma lista de questões, em forma de inquérito, sujeita a discussão e correcções dos participantes da semana. Na base da organização do questionário, esteve uma sondagem para o estudo da situação dos museus e instituições afins em Portugal, organizada pela Comissão Portuguesa do ICOM.

**O estado geral da documentação gráfica existente oscila entre o razoável e o mau. Não há nenhuma política oficial digna desse nome, aplicada a esta área.**

Para o lançamento deste inquérito, julgou-se mais conveniente a utilização duma metodologia de contactos pessoais directos, para facilitar o

correcto preenchimento daquele e, acima de tudo, por se proporcionarem, deste modo, outras valiosas informações, complementares do questionário, colhidas na observação *in loco*. Para o efeito, tornou-se, pois, necessário organizar equipas de bibliotecários, que actuaram em três zonas, abrangendo todo o país. Cada equipa tinha um responsável que, após a elaboração da lista de bibliotecas e arquivos da sua zona, programava as deslocações, os contactos e a distribuição dos inquéritos.

**A questão é demasiado complexa para poder ser resolvida com um decreto-lei, ou com um, ainda que substancial, apoio financeiro. Faz falta uma ideia-base, a partir da qual fossem dados vários passos, até à sua concretização final.**

As três zonas em que o país foi dividido, ficaram assim organizadas:

ZONA 1, abrangendo os concelhos dos distritos de: Braga, Bragança, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu;

ZONA 2, abrangendo os concelhos dos distritos de: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra e Leiria;

ZONA 3 abrangendo os concelhos dos distritos de: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal.

Este processo de recolha de dados, dependendo da disponibilidade das pessoas, foi necessariamente moroso. Começado em Dezembro de 1977, foi dado por concluído em Dezembro de 1978, tendo sido levantados 486 inquéritos devidamente preenchidos. Ficámos habilitados a extrair os dados obtidos para mapas gerais agrupados do seguinte modo:

- Edifício: conservação;
- Edifício: segurança;
- Edifício: equipamento;
- Coleções;
- Conservação;
- Pessoal.

Dos resultados obtidos importa extrair as conclusões oportunas. Contudo, foi objectivo deste inquérito proporcionar tão só elementos de reflexão a todos os responsáveis e interessados pelos problemas de conservação postos pelos documentos gráficos. Nesta linha, estavam previstas mesas redondas nas três zonas referidas, sendo participantes as entidades responsáveis pelos serviços abrangidos pelo inquérito. Seria tarefa primordial destes encontros a análise detalhada destes dados e a formulação das conclusões que se impusessem.

Contudo, as observações feitas *in loco*, permitem, desde já, concluir que: os arquivos das Câmaras Municipais e das Misericórdias em grande percentagem, não estão inventariados. Os documentos nele contidos,

quando arrumados, encontram-se na sua maioria deteriorados e cobertos com camadas significativas de pó. Muitos outros documentos perderam-se em incêndios registados nessas instalações, ou em mudanças de edifícios; outros ainda foram vendidos a peso. Existem também documentos amontoados no chão, no forro ou em cubículos, já muito deteriorados ou em risco de apodrecimento. Nas conservatórias do registo civil e cartórios notariais luta-se com muita falta de espaço. Assim, embora arrumados, os documentos não se encontram bem acondicionados. E isto, porque alguns dos arquivos distritais não funcionam. De re-

gistar, no entanto, que algumas destas repartições já enviaram maços de documentos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Contudo outras repartições ainda conservam toda a documentação já muito deteriorada. Perante o que foi observado, as colecções de documentos correm grave risco de perda irreparável.

Iremos de seguida apresentar uma resenha dos dados que consideramos mais significativos para uma percepção objectiva e real da situação dos documentos gráficos nas bibliotecas e arquivos portugueses. Considerámos que a apresentação em esquema proporcionaria uma leitura mais fácil e imediata dos mesmos.

<i>EDIFÍCIO: CONSERVAÇÃO</i>	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3
Edifício construído expressamente .....	35%	75%	73%
Capacidade suficiente .....	58%	43%	44%
Telhados, forros, chaminés, limpos periodicamente .....	39%	51%	50%
Roedores .....	47%	44%	43%
Insectos .....	45%	65%	51%

<i>EDIFÍCIO: SEGURANÇA</i>	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3
Alarme contra roubos .....	15%	8%	17%
Extintores .....	45%	37%	75%
Instalação eléctrica oferece segurança .....	45%	75%	

<i>EDIFÍCIO: EQUIPAMENTO</i>	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3
Desumificadores .....	27%	1%	28%
Humidificadores .....	15%	1%	9%
Serviço de microfilmagem .....	16%	6%	20%
Estantes de madeira .....	74%	78%	80%

COLECÇÕES	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3
Estado geral de conservação	31%	27%	26%
de documentos avulsos .....	razoável	bom	razoável
Estado geral de conservação de códices .....	21%	17%	19%
	razoável	bom	razoável
Estado geral de conservação de incunábulos .....	19%	12%	23%
	razoável	mau	razoável
Estado geral de conservação	50%	21%	32%
de livros impressos antigos .....	bom	mau	razoável
Estado geral de conservação de livros recentes .....	48%	63%	41%
	bom	bom	razoável
Estado geral de conservação de jornais .....	24%	7%	21%
	razoável	bom	bom
Estado geral de conservação de revistas .....	26%	22%	29%
	razoável	bom	razoável
Estado geral de conservação de outras colecções .....	6%	16%	12%
	mau	bom	razoável

CONSERVAÇÃO	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3
Não tem oficinas de conservação e restauro .....	90%	97%	60%
Não utiliza equipamento nas oficinas			
de conservação e restauro .....	90%	94%	65%
Não utiliza material em conservação e restauro .....	90%	94%	75%
Manda restaurar fora .....	12%	20%	26%

PESSOAL	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3
Responsável é licenciado .....	42%	45%	34%
Responsável é bibliotecário .....	23%	51%	31%
Não tem pessoal técnico e técnico auxiliar .....	46%	45%	40%
Não tem pessoal qualificado .....	95%	98%	80%
Não podem responder se o pessoal			
de conservação e restauro é funcionário do Estado	95%	98%	—

Importa relembrar que os dados aqui representados se reportam ao ano de 1978. Houve alterações, positivas nalguns casos e negativas, noutros casos, não porque ocorresse um retrocesso, mas precisamente porque

não foram tomadas as medidas necessárias na devida altura. Mas as alterações não foram significativas. Ficam registadas como meras excepções, as quais não constituem um avanço assinalável na situação.

Nas conclusões do inquérito, é realçada a necessidade da criação de um organismo que fornecesse directivas para ultrapassar as mais diversas carências neste sector. Transcrevemos a seguir passagens das conclusões elaboradas após a análise dos dados do inquérito:

«[...]para agir] impõe-se a criação de um organismo que coordene todas as acções tendentes à conservação e ao restauro do património bibliográfico e documental. Sem se sobrepôr às iniciativas locais, esse organismo deve ser centralizador na definição de prioridades, tendo em conta as carências e os recursos, na definição de medidas a adoptar na investigação, na supervisão das iniciativas locais, na criação de meios humanos e materiais. [...] O Centro de Conservação e Restauro de Livros e Documentos Gráficos (CCRLDG), que terá como principais tarefas a realizar não só proceder à preservação, à conservação e ao restauro de toda a classe de peças deterioradas pertencentes ao nosso património bibliográfico e documental, como também à elaboração das normas relativas à conservação e à segurança deste, destinadas a bibliotecas e arquivos; incumbir-lhe-á, igualmente, a investigação científica das causas conducentes à destruição de material documental; do seu foro será também o estudo científico e interdisciplinar dos meios e processos idóneos para a efectuação dos trabalhos de conservação e restauro.

Competir-lhe-á, de igual modo, formar e colaborar na preparação dos técnicos que prestarão o seu concurso nas actividades de conservação e restauro; outra das suas atribuições será dar ao Instituto Português do Património Cultural o conhecimento dos problemas que se levantem relacionados com a conservação e segurança do recheio das bibliotecas e arquivos. Merece especial referência a tarefa que lhe incumbirá levar a cabo, organizar no país uma rede de oficinas de manutenção, quer mediante projectos de reformulação para as já existentes quer pela apresentação de propostas para a criação de novas oficinas, de manutenção em bibliotecas e arquivos onde o volume de trabalho a efectuar, ou o nível de qualidade deste o justifiquem. Estas oficinas passarão a funcionar sob a orientação técnica do Centro de Conservação e Restauro de Livros e Documentos Gráficos, que emitirá as directrizes e instruções necessárias.»

**Nas conclusões do inquérito, é realçada a necessidade da criação de um organismo que fornecesse directivas para ultrapassar as mais diversas carências neste sector.**

De 1980 a 1991 pouco ou nada se alterou. Sem o enquadramento que um Plano Nacional de Preservação e Conservação poderia proporcionar, o nosso património deteriora-se e os

profissionais de biblioteca e arquivo são incapazes de avaliar o quanto se agrava a situação.

Algumas instituições há que se vão esforçando por desenvolver acções concertadas, ainda que só internamente.

**Impõe-se a criação de um organismo que coordene todas as acções tendentes à conservação e ao restauro do património bibliográfico e documental.**

A observação da actividade que nessas instituições decorre fica longe, no entanto, das reais necessidades do País. Na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional da torre do Tombo, no Arquivo Histórico-Ultramarino há uma clara preocupação com o assunto. O próprio Instituto Português de Arquivos, no âmbito das suas funções, tem promovido a transferência de informação para o suporte microfilme. Contudo, não parece que hoje se conheça melhor as nossas carências e, certamente, que não se poderá exigir uma intervenção mais profunda e coordenada

dos próprios governantes sem se proceder a uma avaliação da situação em termos de custos. Muito à portuguesa, tem-se consciência de que o património documental está muito doente, mas ignora-se exactamente até que ponto e quais as medidas prioritárias a tomar.

São estes dados e números que urge recolher e fixar. Se os profissionais o fizerem, estarão depois em condições de dialogar com os governantes. Em vez de lamentações, teremos negociações e, quiçá, um Plano Nacional de Preservação e Conservação.

NOTA: Grande parte dos elementos e de certas conclusões apresentados neste artigo tiveram como base o trabalho *Levantamento das condições gerais de conservação. Dos documentos gráficos do nosso património bibliográfico e documental: apreciação estatística*, 1978, realizado com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, Direcção Geral do Património Cultural, Centro de Formação de Técnicos e Artífices de Conservação e Restauro do Património Cultural.

